



CADERNO LOGÍSTICO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES
LOGÍSTICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1º SEMESTRE
2017



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
FAZENDA E
PLANEJAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador // Luiz Fernando Pezão

Vice-governador // Francisco Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ

Secretário de Estado // Gustavo de Oliveira Barbosa

SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO – SUBLOP

Subsecretário de Logística e Patrimônio // Marco Antonio Magalhães Pacheco Filho

SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO – SUPLOG

Superintendente de Logística // Ariane Olczewski

ELABORAÇÃO

Coordenadoria de Políticas de Logística - COPLOG // Mila Braga de Lima

EQUIPE TÉCNICA

Denilson de Brito Lima

Gabriela Braune de Castro Lopes

Lucas Rangel Rodrigues Stelling

Marcelo Odon Archer Salgado

Mario Tinoco da Silva Filho

Sidnei José da Costa Junior

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Subsecretaria Adjunta de Tecnologia da Informação – SATI // Rafael Bezerra

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

Av. Erasmo Braga, 118

CEP 20.020-000 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Tel. 0 55 21 2333-1835 / 2333-3389

CADERNO LOGÍSTICO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS
ATIVIDADES LOGÍSTICAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1º SEMESTRE
2017

SUBSECRETARIA DE
LOGÍSTICA E
PATRIMÔNIO

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Metodologia	7
Parte I - Suprimentos	9
1. Compras Públicas	9
1.1. Valor Total das Compras Públicas por Forma de Aquisição:	9
1.2. Licitações por Modalidade:	9
1.3. Maiores Famílias por Valor Comprado:.....	10
1.4. Maiores Unidades Gestoras por Valor Comprado:	10
1.5. Número Médio de Participantes nas Licitações:.....	11
1.6. Valor Total dos Lances Homologados de Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos	11
1.7. Participação das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos.....	12
1.8. Número de Micro e Pequenas Empresas Participantes nos Pregões Eletrônicos ..	12
2. Fornecedores	13
2.1. Número de Fornecedores Cadastrados:	13
2.2. Proporção dos Fornecedores Ativos em Relação ao Total de Fornecedores Cadastrados: 13	
2.3. Maiores Fornecedores por Valores Contratados:	14
2.4. Penalizações Aplicadas a Fornecedores:.....	14
3. Indicadores Estratégicos	15
3.1. Valores Estimados x Homologados nas Licitações (Economicidade):	15
3.2. Média de Valor por Processo Licitatório:	15
Parte II - Transportes	16
1. Frota.....	16
1.1. Número Total de Veículos Operantes da Frota por Tipo de Propriedade:	16
1.2. Maiores Frotas por Unidades Gestoras:.....	16
2. Combustíveis	17
2.1. Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Combustível:.....	17
2.2. Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Fornecimento (Posto Interno/ Posto Externo):	17
2.3. Maiores Unidades Gestoras por Valor Gasto por Combustíveis:.....	18
2.4. Preços Praticados por Tipo de Fornecimento:	18
3. Indicadores Estratégicos	19
3.1. Volume Médio Consumido por Veículo:	19
3.2. Proporção de Veículos Adequados ao Padrão de Desempenho Veicular:.....	19

Parte III - Produção de Conhecimento Logístico.....	20
1. Capacitação	20
1.1. Número de Servidores Capacitados:	20
1.2. Carga Horária Total Disponibilizada:	20
2. Redes.....	21
2.1. Número Total de Integrantes das Redes:.....	21
3. Suporte aos usuários do SIGA	21
3.1. Número total de atendimentos:	21
3.2. Número de atendimentos por assunto:	22
3.3. Média Mensal de atendimentos:	22
Siglas	23

APRESENTAÇÃO

A Subsecretaria de Logística e Patrimônio da Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento apresenta a 3ª edição do Caderno Logístico, uma publicação que reúne as principais estatísticas relativas às operações logísticas do Estado de Rio de Janeiro. As informações apresentadas neste Caderno têm por finalidade servir como fonte de informações para toda a sociedade, em especial, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e privados e demais interessados nas funções logísticas do Estado.

Os dados divulgados têm a finalidade de dar transparência às atividades de suprimentos, transportes e produção de conhecimento logístico, em suas diversas dimensões, possibilitando à sociedade conhecer e avaliar essas atividades, assim como embasar a discussão de propostas que contribuam para a melhoria da qualidade do gasto público.

Nesse sentido, neste Caderno Logístico são apresentados dados que permitem o acompanhamento das principais funções logísticas, com indicações dos valores financeiros, atores e objetos envolvidos. Os dados do primeiro semestre de 2017 foram agregados aos dados dos anos 2012 a 2016, quando disponíveis, permitindo uma análise do comportamento histórico das operações logísticas do Estado, tornando possível identificar tendências e avaliar os efeitos das políticas implementadas ao longo desse período, bem como orientar as políticas logísticas a serem adotadas no futuro. Esta 3ª edição do Caderno Logístico foi modificada, em relação a edições anteriores, no intuito de atingir melhor sua finalidade.

As tabelas detalhadas do Caderno Logístico estão disponíveis na internet, no Portal de Logística e Patrimônio, na página da Secretaria de Fazenda e Planejamento Estado do Rio de Janeiro (<http://www.fazenda.rj.gov.br>). Com as informações do Caderno Logístico na Internet, o usuário pode recuperar o conjunto de dados que foram utilizadas na elaboração dos gráficos apresentados nesta publicação, permitindo, assim a construção de tabelas e gráficos personalizados.

METODOLOGIA

As informações apresentadas neste Caderno foram obtidas de diversas fontes. Contêm dados extraídos, entre outros, dos sistemas SIGA, CTF e SISCAP, além dos sistemas de controle e acompanhamento mantidos pela Subsecretaria de Logística e Patrimônio. Os registros se referem à posição existente no mês de agosto de 2017.

Os dados referentes às compras públicas têm como fonte o banco de dados do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (SIGA). O SIGA é um sistema informatizado implantado em dezembro de 2009 com a finalidade de registrar, processar e controlar as compras e contratações públicas, de bens, serviços e serviços de engenharia, efetuadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e da Administração Pública Indireta dependentes do poder executivo devem tramitar suas compras através do SIGA. Os dados de licitações e atas de registro de preços aqui apresentados se referem apenas aos certames homologados, ao passo que as inexigibilidades e dispensas referem-se apenas aos processos aprovados e liberados, quando passam à condição de contratações. Portanto, os números refletem o montante do processo de aquisição/contratação e não o efetivo contratado e pago pelo Poder Executivo Estadual. As obras não são registradas no SIGA.

Os dados referentes a combustíveis se referem ao contrato nº 001/2014 e seus aditivos, tendo a SEFAZ como responsável e gestora central da oferta de combustível para os 79 órgãos e entidades participantes do Sistema Integrado de Aquisição e Distribuição de Combustíveis Derivados de Petróleo (SIADC). Esses órgãos e entidades obtêm combustíveis diretamente em depósitos instalados nas suas dependências (os chamados postos internos) e nos postos de abastecimento privados credenciados (os chamados postos externos) e realizam seus pagamentos por meio da descentralização de créditos orçamentários. Os dados de postos internos utilizados neste caderno englobam os gastos realizados através do SIADC, que contempla os postos externos e uma parcela dos postos internos. Os postos internos das seguintes unidades não estão considerados: PMERJ, PCERJ, CBMERJ e DER. O controle mensal do consumo dos órgãos e entidades é realizado através do Sistema de Controle Total de Frotas (CTF), que prevê a instalação de chips nos carros oficiais e nas bombas de postos credenciados pela BR Distribuidora. Os dados relativos à frota são obtidos a partir do sistema CTF. São também utilizados dados

divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, referente aos preços medidos de comercialização de combustíveis verificados no Rio de Janeiro.

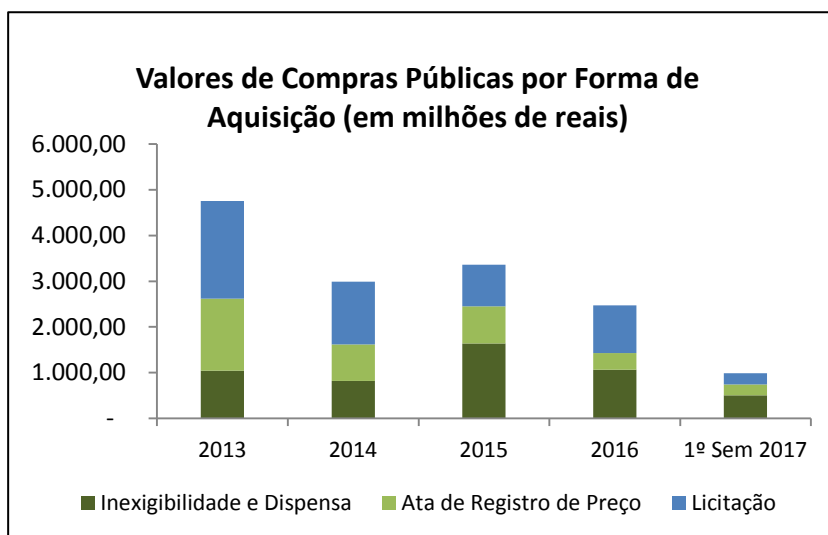
Finalmente, os dados referentes à produção de conhecimento logístico foram extraídos dos bancos de dados do Sistema de Capacitação – SISCAP, um aplicativo interno desenvolvido pela própria SUBLOP, na parte referente à capacitação de servidores, e do Redmine, um software livre, na parte referente ao Suporte SIGA.

PARTE I - SUPRIMENTOS

1. Compras Públicas

1.1. Valor Total das Compras Públicas por Forma de Aquisição:

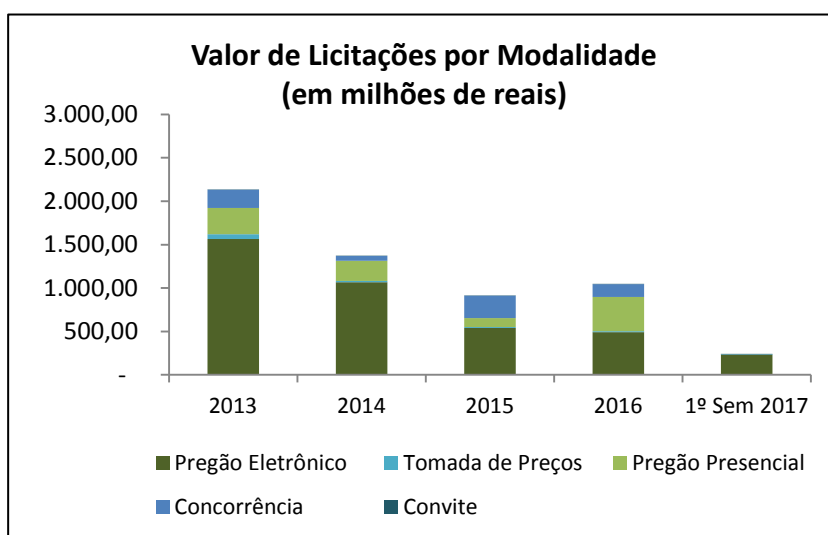
O valor total de compras públicas no SIGA em 2017 foi de R\$ 986,34 mi, o que, projetado, com base na proporção histórica verificada para valor de compras no 1º semestre, um valor de R\$ 1,64 bi para o



ano, ou seja, uma queda de 34% em relação a 2016, confirmando a tendência de retração observada desde 2015. No 1º semestre de 2017, as compras realizadas sob a forma de inexigibilidades e dispensas representaram a principal forma de aquisição, seguidas pelas atas de registro de preços e pelas licitações.

1.2. Licitações por Modalidade:

No 1º semestre de 2017, o pregão eletrônico respondeu por 96% das licitações realizadas no SIGA. Manteve-se no período de 2013 a 2017 como a principal modalidade nas licitações. A

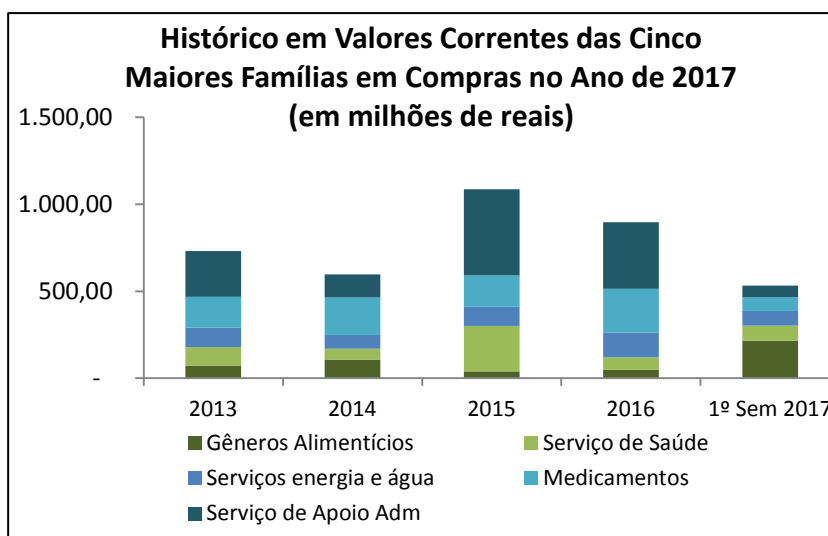


segunda modalidade mais utilizada foi a Tomada de Preços, com 2,7% do valor das licitações. Os pregões presenciais e as concorrências representam juntos 1,2% das licitações. A modalidade convite não foi representativa no total.

1.3. Maiores Famílias por Valor Comprado:

Em 2017 as cinco maiores famílias por volume de compras representaram 60% das compras totais, sendo a maior delas Gêneros Alimentícios.

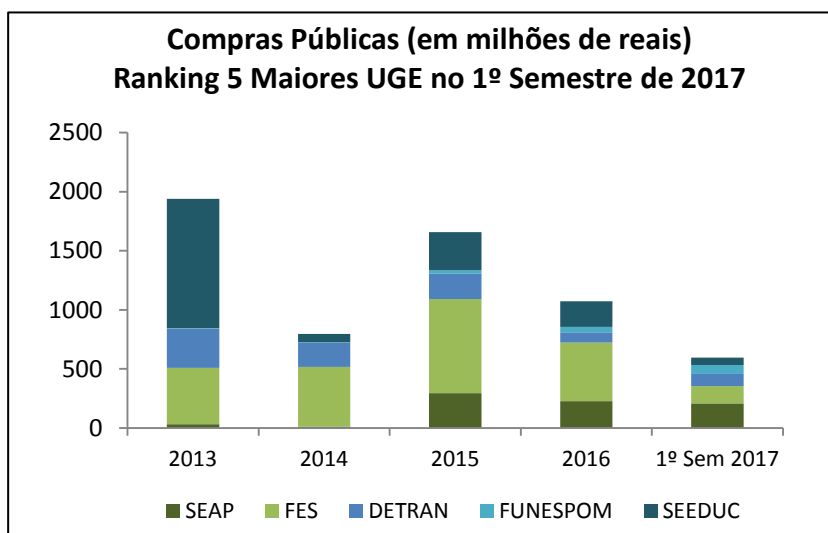
Nos últimos anos, o conjunto destas



famílias vem apresentando um crescimento na sua participação em relação ao volume total comprado, saindo de 20% para os 60% atuais. Isoladamente, a família de Apoio Administrativo foi a mais representativa até 2016, a partir de quando predominaram os Gêneros Alimentícios, seguido de Serviços de Saúde.

1.4. Maiores Unidades Gestoras por Valor Comprado:

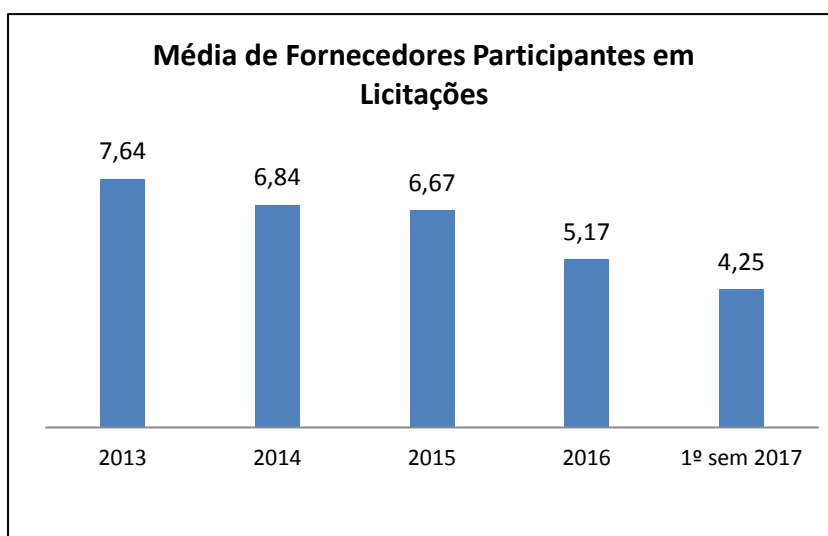
Em 2017 as cinco maiores Unidades Gestoras por volume de compras representaram 60% das compras totais, sendo a maior delas a SEAP. Nos últimos anos, o conjunto destas Unidades



oscilou entre 27% e 49% das compras totais, sendo que no período as mais representativas têm sido a FES e a SEEDUC, sendo que a SEAP evoluiu de uma participação de menos de 1% do volume total em 2013 para mais de 20% em 2017. O Detran representou uma média de 7% no valor total das compras.

1.5. Número Médio de Participantes nas Licitações:

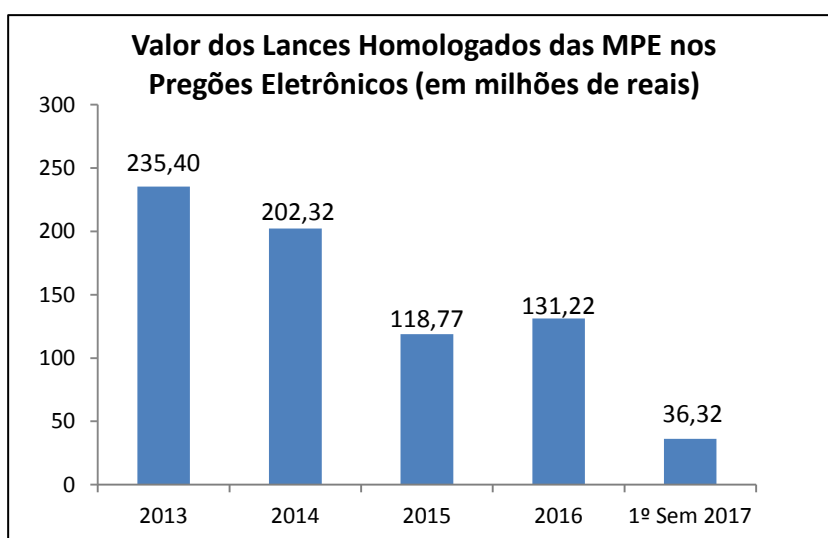
O número médio de participantes nos processos licitatórios decresceu significativamente no período de 2013 a 2017, caindo de 7,64 naquele ano para 4,25 em 2017, que corresponde a 44% da



média inicial. A queda mais acentuada desse número aconteceu de 2015 para 2016.

1.6. Valor Total dos Lances Homologados de Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos

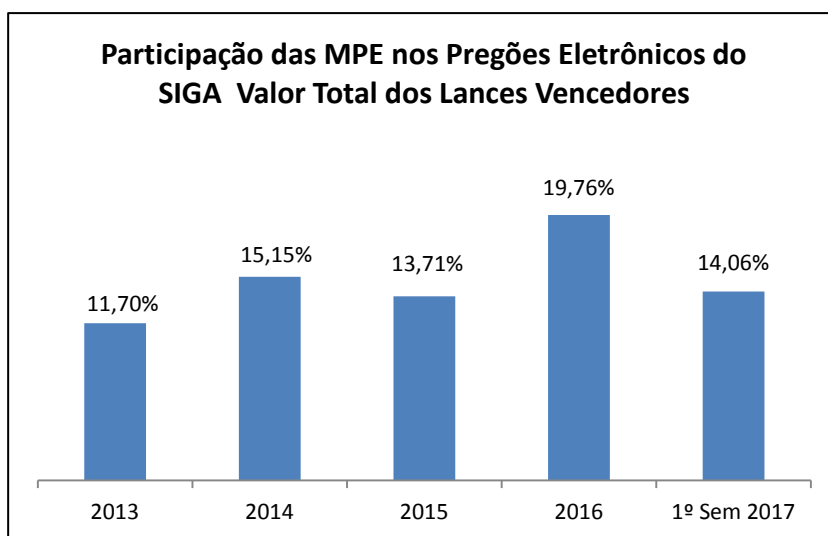
O valor total dos lances homologados nos pregões eletrônicos no SIGA para MPEs alcançou R\$ 36,32 milhões no primeiro semestre de 2017, projetando um valor aproximado de R\$ 60 milhões para



ano de 2017, o que representará uma queda de 55% em relação a 2016, retomando a tendência de retração observada desde 2013, quando o valor total foi superior a R\$ 235 milhões.

1.7. Participação das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos

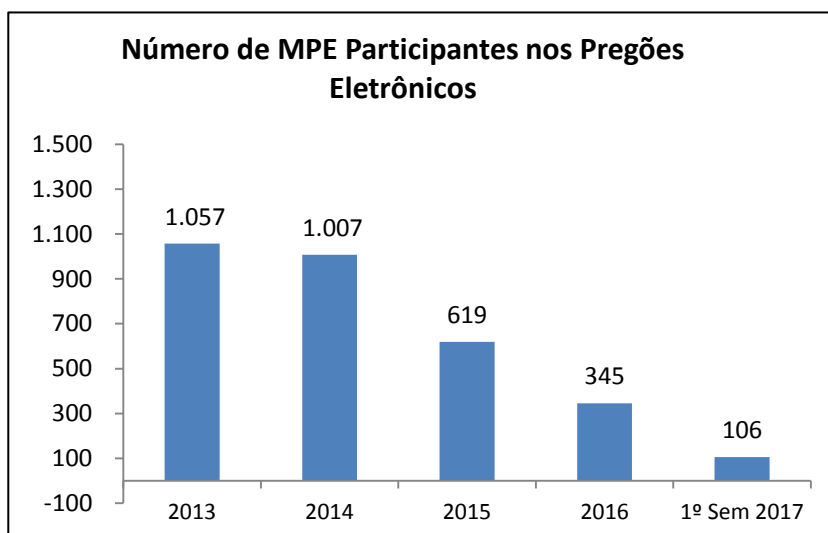
Não obstante a queda nos valores totais homologados, as micro e pequenas empresas vêm mantendo uma participação importante nas licitações efetuadas pelo Estado. O valor



dos lances homologados por micro e pequenas empresas em relação ao valor total homologado nos pregões eletrônicos no SIGA tem oscilado por volta de 15%, em média, no período 2013-2017, alcançando um nível de praticamente 20% em 2016, quando seus negócios com o Estado atingiram o valor de R\$ 131,2 milhões.

1.8. Número de Micro e Pequenas Empresas Participantes nos Pregões Eletrônicos

O número de pequenas e médias empresas participantes nos pregões eletrônicos, que no ano de 2013 atingiu um pico de 1.057, mantendo-se praticamente estável em 2014, com 1.007

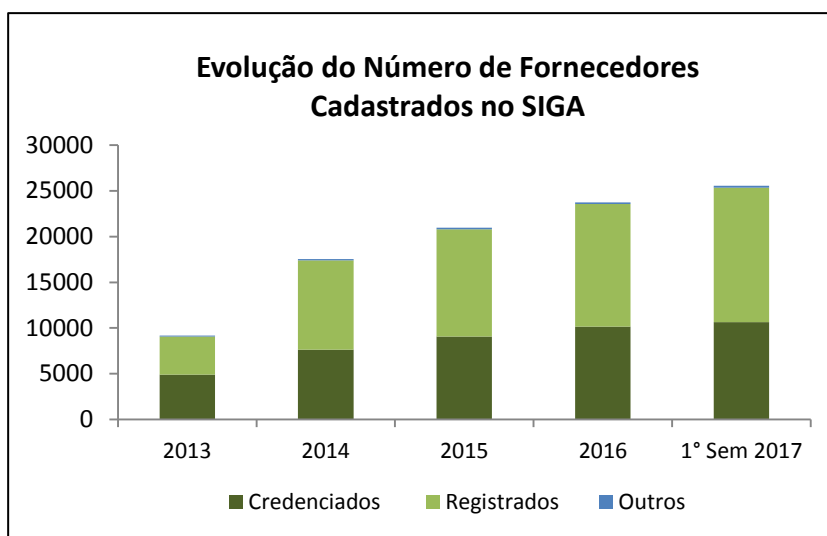


empresas, começou a retrain a partir de 2015, observando-se uma queda mais acentuada em 2016, quando houve uma redução de 55% no seu número. Observou-se nova redução no 1º semestre de 2017, mas não tão acentuada.

2. Fornecedores

2.1. Número de Fornecedores Cadastrados:

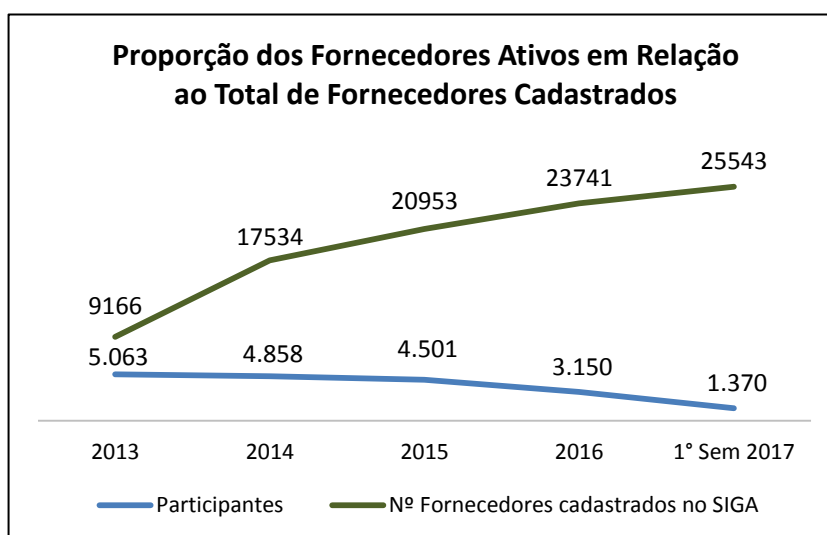
O número de fornecedores tem aumentado ano a ano com o cadastramento de novas empresas. Desde 2012 têm sido cadastradas, em média, cerca de 4.200 empresas por ano, que corresponde a



uma taxa de crescimento anual de 30%. 57% detém a condição de registrados, que podem contratar com o Estado mas não estão habilitados a participar dos certames licitatórios eletrônicos e 42% são credenciados, podendo participar dos processos licitatórios eletrônicos.

2.2. Proporção dos Fornecedores Ativos em Relação ao Total de Fornecedores Cadastrados:

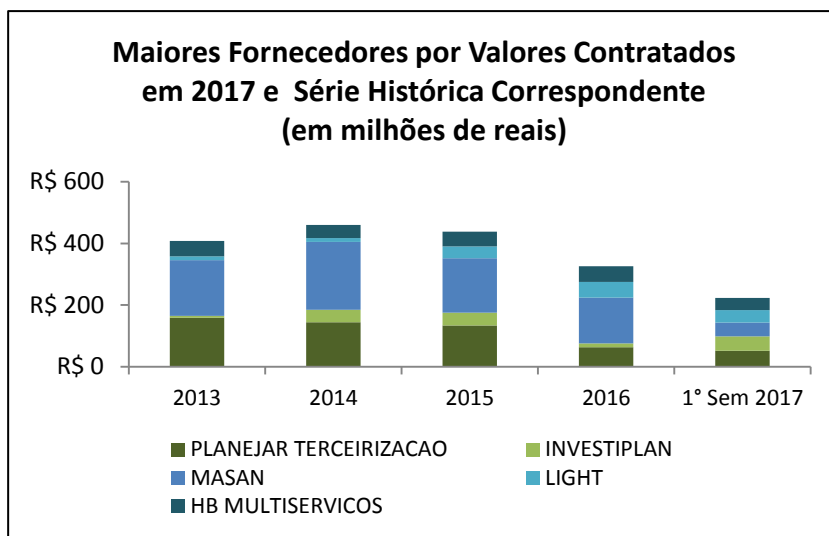
A proporção dos fornecedores ativos, isto é, aqueles que participam de licitações, inexigibilidades e dispensas, em relação ao total dos fornecedores cadastrados vem se



reduzindo consistentemente ao longo do tempo em razão da expansão do número de fornecedores cadastrados e a redução da atividade de compra do Estado, saindo de um nível de 55% em 2013 para 5% no 1º semestre do 2017.

2.3. Maiores Fornecedores por Valores Contratados:

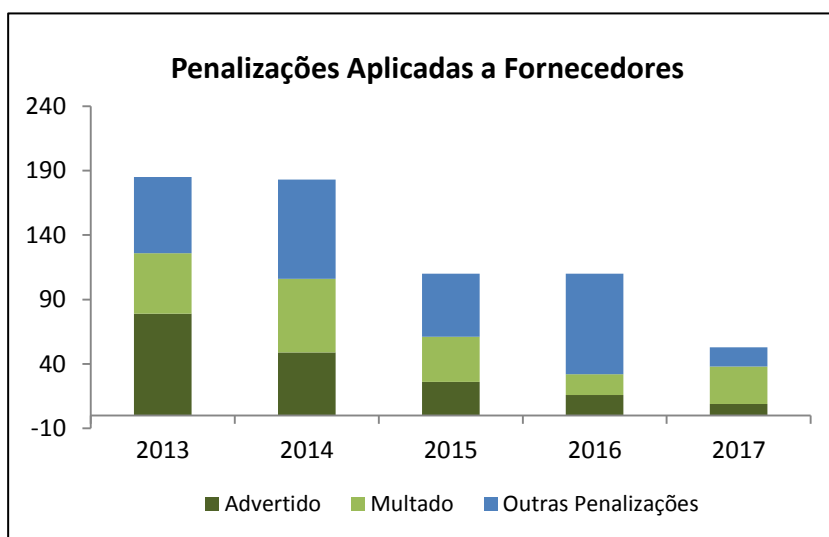
Os 5 maiores fornecedores por valor responderam por 23% das compras totais no 1º semestre de 2017, uma participação maior que essas mesmas empresas alcançaram em 2016 e 2015 (13% em cada



ano), em 2014 (15%) e em 2013 (9%). Dentre essas empresas, as que mais contrataram foram, nessa ordem, Masan (R\$ 769 mi), Planejar (R\$ 553 mi), HB (R\$ 229 mi), Light (R\$ 156 mi) e Investplan (R\$ 146 mi).

2.4. Penalizações Aplicadas a Fornecedores:

O número de penalidades aplicadas desde 2015 caiu aproximadamente 40% no biênio 2015-2016 em relação a 2013-2014, baixando mais ainda em 2017. Entretanto, ao se levar em conta as

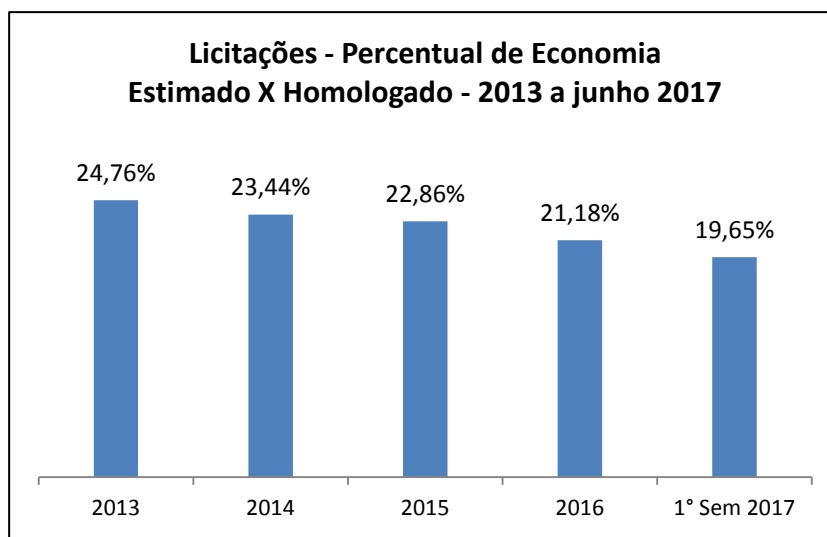


penalidades aplicadas em relação aos fornecedores ativos é possível constatar que a taxa de penalização é relativamente estável, por volta de 4%. Com exceção de 2016, nos demais anos a grande maioria das penalizações consistiu de advertências e multas administrativas. As penalidades classificadas como Outras se referem a penalidades restritivas de participação em licitações e contratações.

3. Indicadores Estratégicos

3.1. Valores Estimados x Homologados nas Licitações (Economicidade):

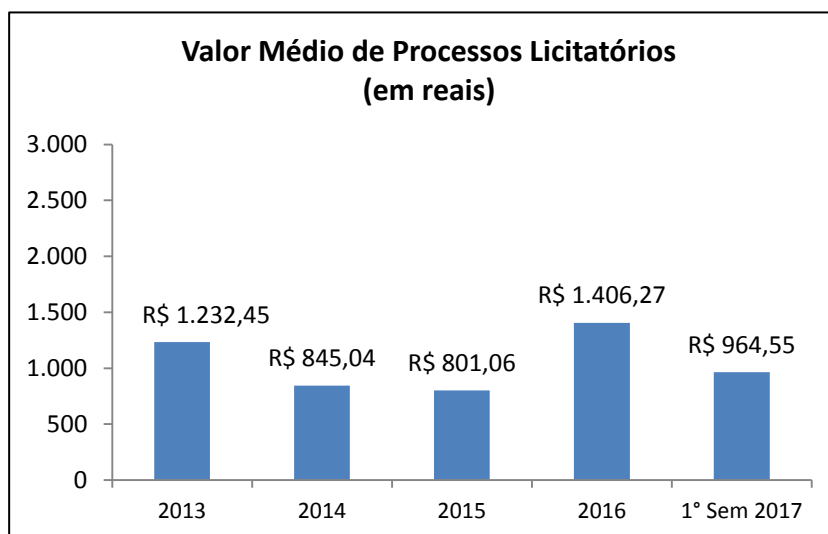
Nos últimos anos a economicidade obtida nas licitações tem se situado na faixa de 19 a 24%. Entre o ano de 2013 e 2014, a queda foi de 1,3%, tendo diminuído sua progressão para



0,6% entre 2014 e 2015. A partir de 2015 a queda da diferença entre os valores estimados e homologados permanece constante em 1,6% ao ano até o ano atual.

3.2. Média de Valor por Processo Licitatório:

No período 2013-2017, o valor médio geral dos processos licitatórios foi de R\$ 1.050,00. As médias anuais oscilaram entre um, máximo de R\$ 1.406,00 em 2016 e R\$ 801,00 em 2015, não se delineando



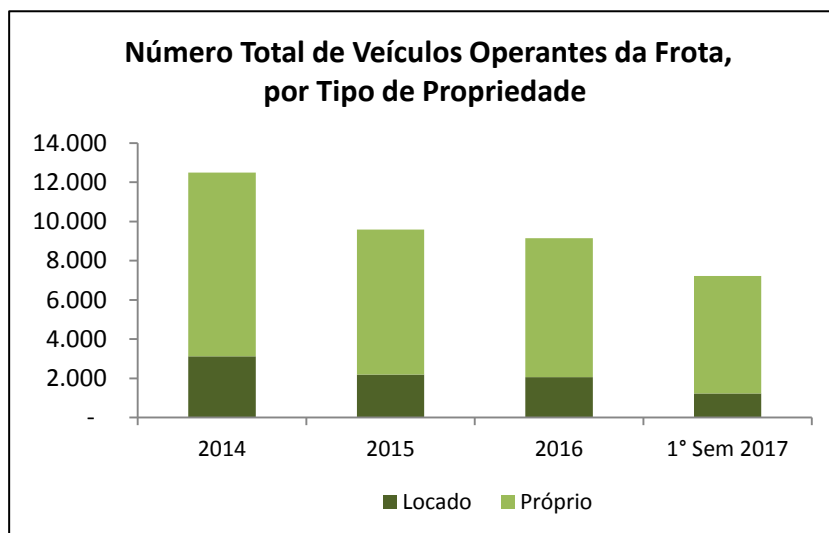
nenhuma tendência de aumento ou redução nos valores médios licitados. Os processos licitatórios tratados neste tópico incluem Pregão Eletrônico, Tomada de Preços, Concorrência, Pregão Presencial e Convite, sem contabilizar as licitações realizadas para Registro de Preços.

PARTE II - TRANSPORTES

1. Frota

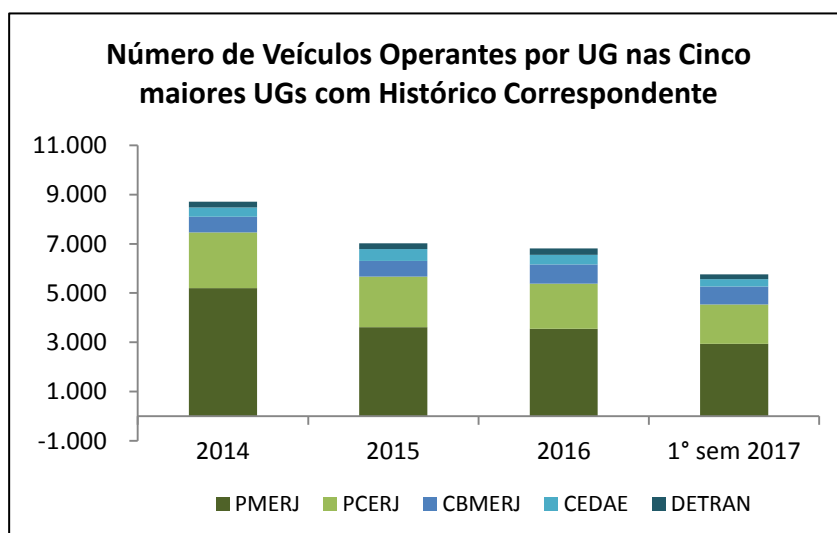
1.1. Número Total de Veículos Operantes da Frota por Tipo de Propriedade:

O tamanho da frota oficial vem se reduzindo consistentemente desde 2014, encolhendo de um total de 12.489 veículos em 2014 para 7.218 veículos no final do primeiro semestre de 2017, registrando uma queda de aproximadamente 42% no período, que equivale a 10% a.a., na média. A maior parte da frota, 78% em média, é composta de veículos próprios, contra apenas 22% de veículos locados.



1.2. Maiores Frotas por Unidades Gestoras:

As cinco unidades gestoras com maior número de veículos em suas frotas constituem, no conjunto, cerca de 70% da frota total do Estado. A maior frota é da Polícia Militar, que conta com cerca

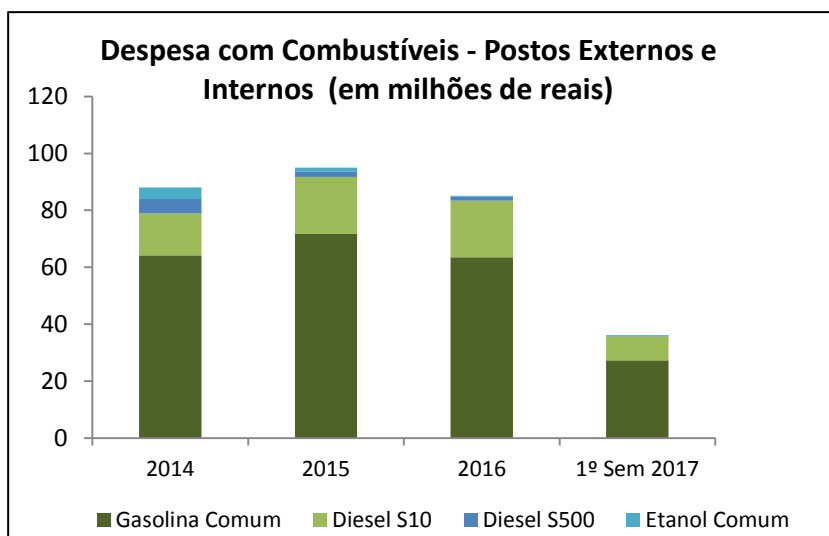


de 40% dos veículos da frota operante do Estado, seguida pela Polícia Civil, que responde por aproximadamente 20% da frota estadual. Outra frota significativa é a do Corpo de Bombeiros Militar. Juntas, essas 3 unidades perfazem 65% da frota total.

2. Combustíveis

2.1. Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Combustível:

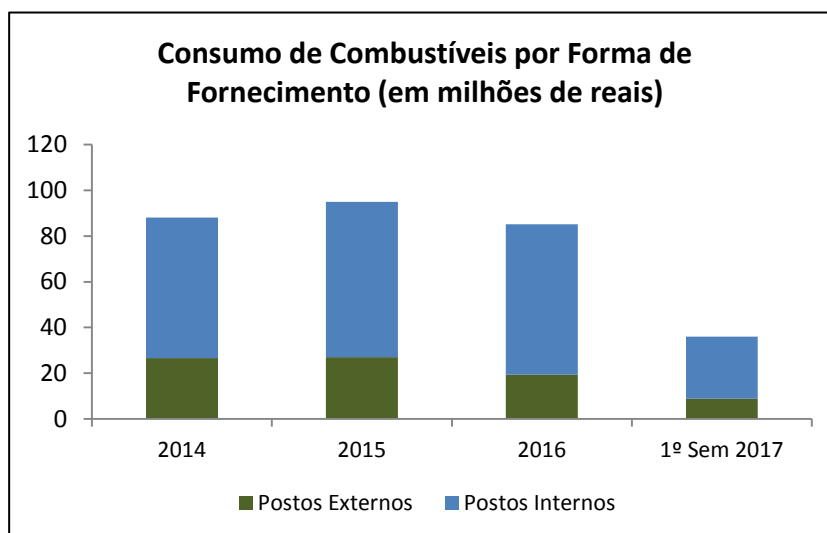
No 1º semestre de 2017, o gasto total com combustíveis (gasolina, etanol, diesel S10 e diesel S500), foi de R\$ 36 milhões, projetando um gasto anual de cerca de R\$72 milhões. Caso se confirme, a



queda será de 15% em relação a 2016, mantendo a trajetória de retração iniciada no ano anterior, quando houve queda de 10% em relação a 2015. No período 2014-2017, o maior gasto foi com gasolina, representando 75% do total, seguido pelo diesel S10, que respondeu por 21%.

2.2. Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Fornecimento (Posto Interno/Posto Externo):

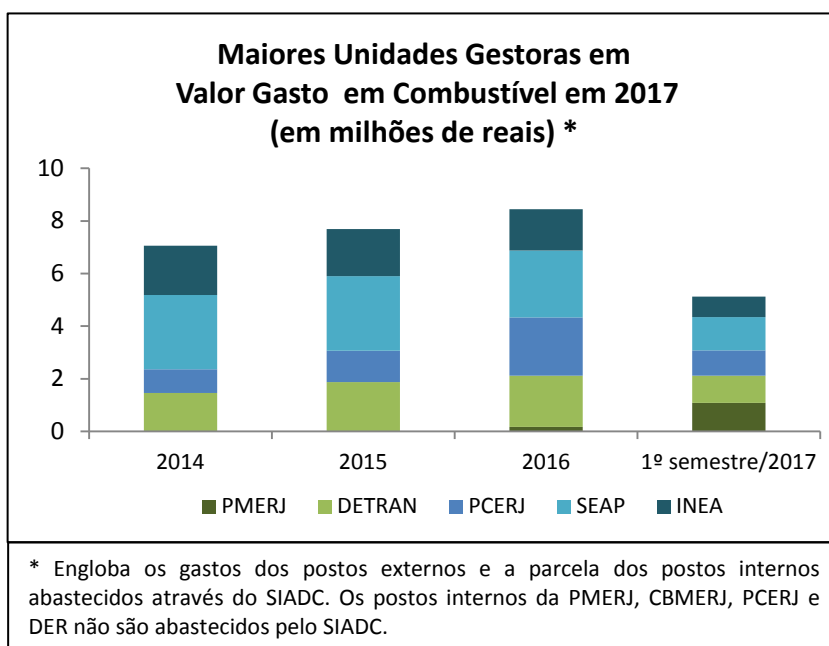
A maior parte do combustível consumido pelos órgãos e entidades do Estado é fornecido a partir de postos internos. No período 2014-2017, entre 69,7% e 77,1% do combustível têm vindo dos pontos internos, enquanto que os postos externos respondem pelo restante do consumo,



que varia entre 22,9% e 30,3%, do total gasto com combustíveis.

2.3. Maiores Unidades Gestoras por Valor Gasto por Combustíveis:

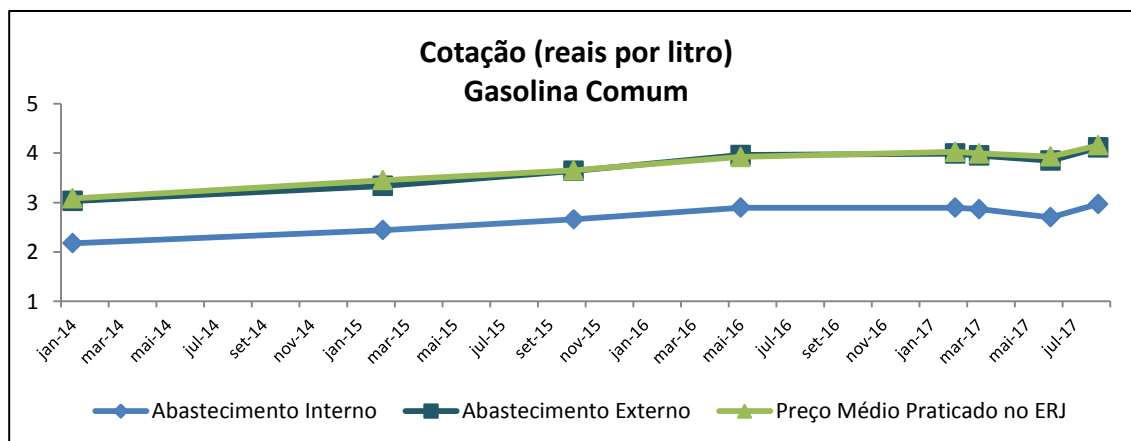
As cinco maiores unidades gestoras por valor gasto com combustíveis responderam, no 1º semestre de 2017, por 24,5% do gasto total com combustíveis. Os 2 maiores gastos foram da PMERJ e da SEAP. Os dados



da PMERJ referem-se apenas ao abastecimento realizado nos postos externos, uma vez que no fechamento desta edição os dados referentes aos postos internos para algumas unidades não estavam disponíveis. A seguir, em ordem do gasto vieram DETRAN, PCERJ e INEA. No conjunto, essas 5 unidades tem representado entre 31,5% e 23,4% do gasto total com combustíveis no período 2014-2016, conforme as tabelas no anexo.

2.4. Preços Praticados por Tipo de Fornecimento:

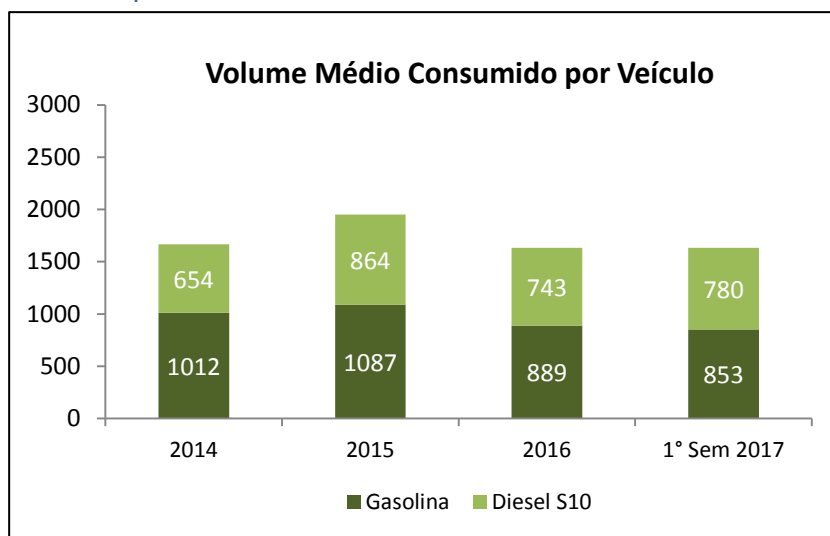
Os preços dos combustíveis são fixados por contrato. Os combustíveis fornecidos através dos postos internos têm preços menores que os fornecidos através dos postos externos em função da não incidência de impostos em relação aos primeiros. No caso da gasolina, a diferença é de cerca de 25%. Os combustíveis nos postos externos têm preços em geral ligeiramente melhores que os preços médios praticados no Rio de Janeiro, apresentando deságios na faixa de 1 a 3%.



3. Indicadores Estratégicos

3.1. Volume Médio Consumido por Veículo:

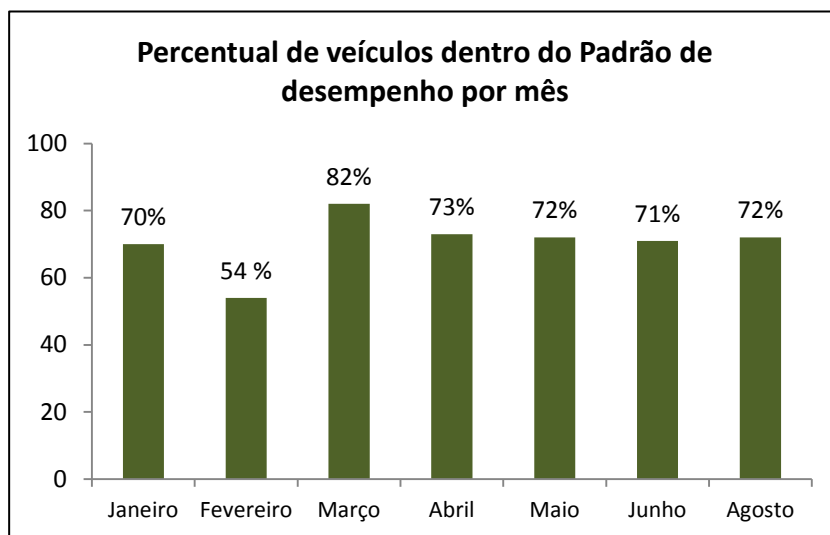
O volume médio consumido por veículo da frota movida a gasolina vem caindo sucessivamente desde 2015, o que sugere uma utilização menos intensiva desses veículos. No caso dos



veículos movidos a diesel, houve um pequeno incremento em 2017 relativamente a 2016, mas ainda assim o volume médio consumido em 2017 representa apenas 90% do observado em 2015, o que também revela um uso mais restritivo desses veículos, o que resulta em economia de gastos com combustíveis.

3.2. Proporção de Veículos Adequados ao Padrão de Desempenho Veicular:

Com vistas a subsidiar a formulação da política de adequação de consumo de combustível a padrões de desempenho veicular, em vigor desde setembro de 2017, foram mensurados os



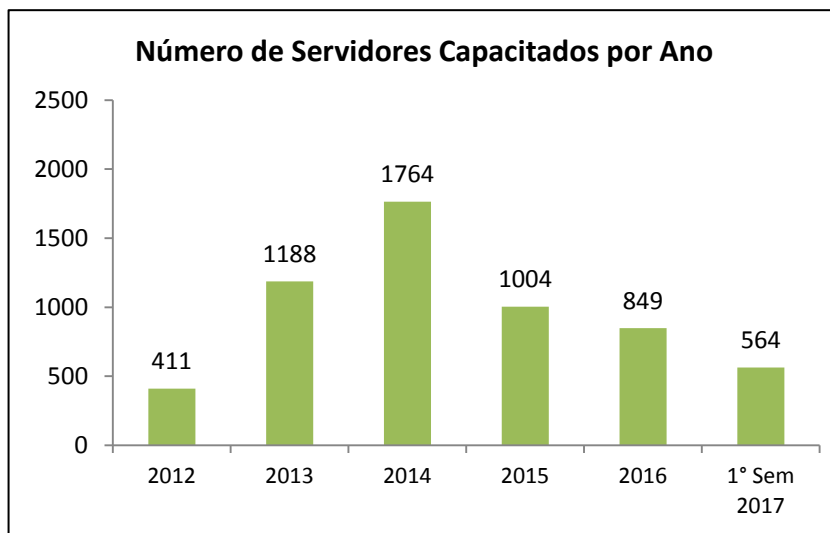
padrões de desempenho dos veículos da frota a cujos modelos puderam ser atribuídos padrões do INMETRO. Os padrões de desempenho são definidos em função de um consumo médio mínimo por km rodado. Os percentuais de adequação da frota tem se aproximado de 70%, sendo um dos objetivos da política melhorar este número ao longo do tempo.

PARTE III - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO LOGÍSTICO

1. Capacitação

1.1. Número de Servidores Capacitados:

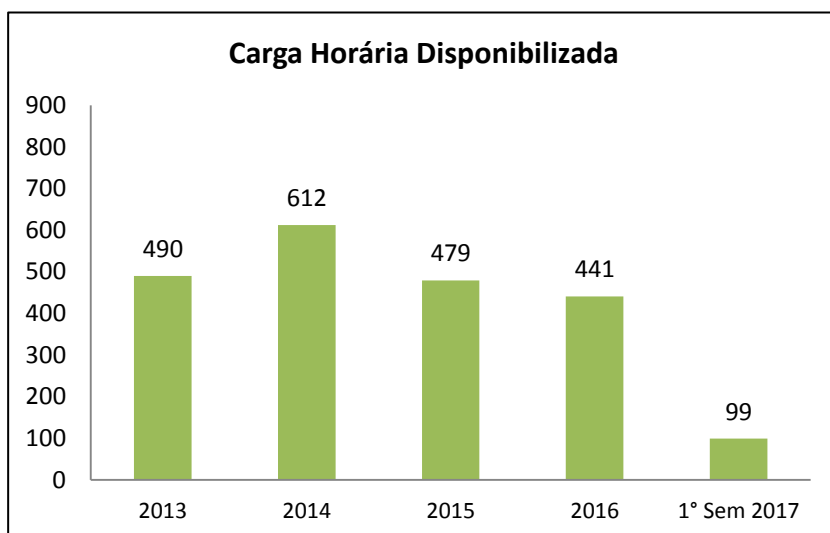
O número total de servidores de logística capacitados tem variado ano a ano, registrando um máximo de 1764 em 2014 e um mínimo de 411 em 2012. A média anual no período 2012-2016



foi de 1043 servidores. Os dados relativos ao primeiro semestre de 2017 sugerem que o número total de servidores capacitados em 2017 ficará próximo da média registrada no período.

1.2. Carga Horária Total Disponibilizada:

A carga horária total de cursos disponibilizada tem variado ano a ano, registrando um máximo de 612 horas em 2014 e um mínimo de 162 horas em 2012. A média anual no período 2012-2016 foi de 436,8 horas. Os

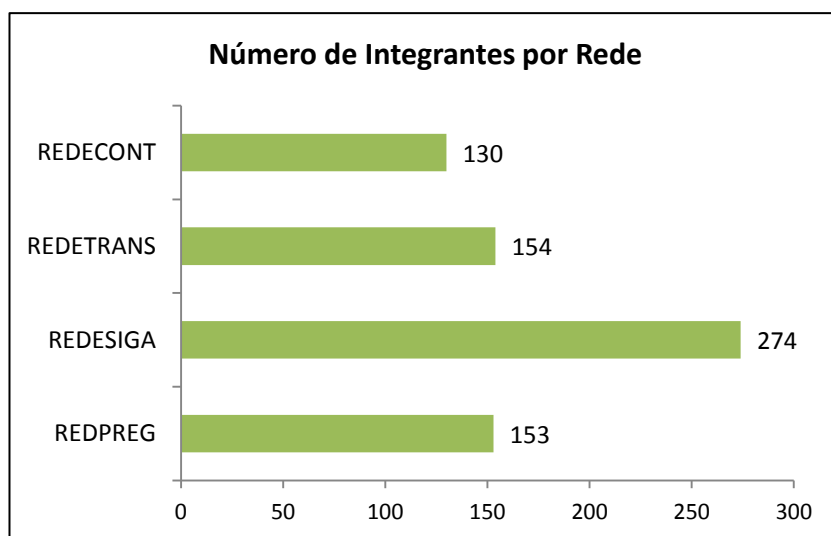


dados relativos ao 1º semestre de 2017 sugerem que a carga horária total esperada para 2017 ficará consideravelmente abaixo da média histórica.

2. Redes

2.1. Número Total de Integrantes das Redes:

As redes de gestão descentralizada têm apresentado variabilidade quanto ao número de seus integrantes em decorrência de expirações e certificações e remanejamento de

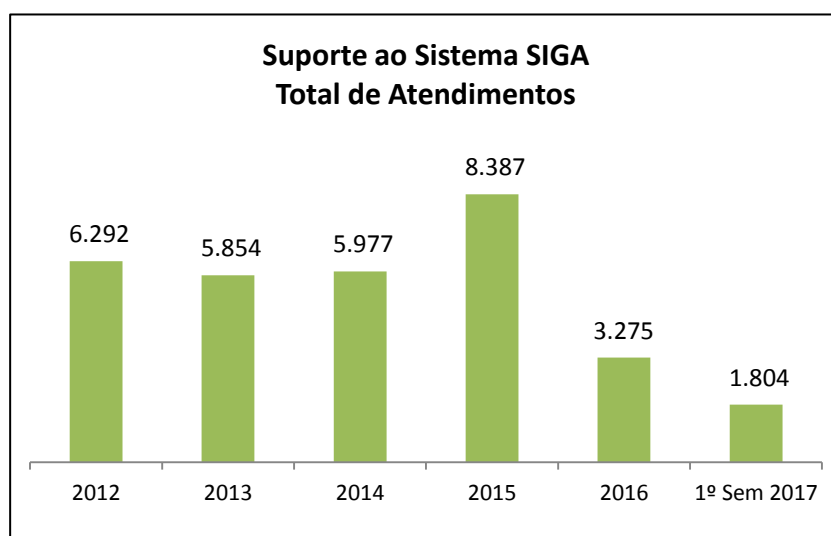


servidores. Desde o 1º semestre de 2017 as redes estão sendo remodeladas de modo a integrarem uma estrutura maior denominada REDELOG.

3. Suporte aos usuários do SIGA

3.1. Número total de atendimentos:

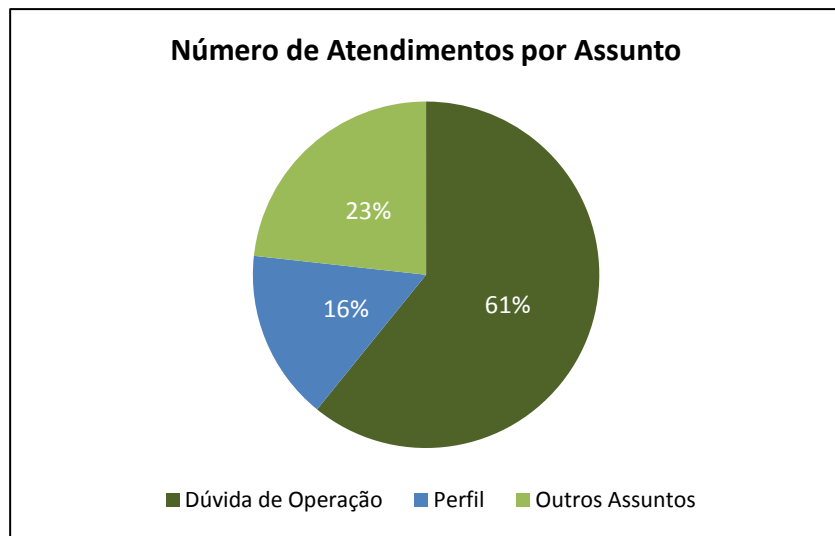
O número de atendimentos realizados pelo Suporte de Sistemas aos usuários do SIGA caiu a partir de 2016, depois de experimentar um pico de 8387



atendimentos realizados em 2015.

3.2. Número de atendimentos por assunto:

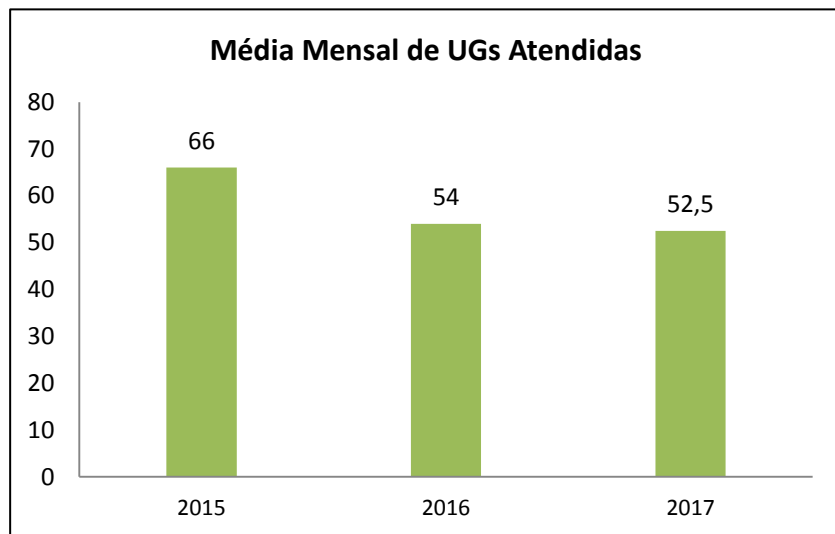
Desde o início de 2016, os motivos mais freqüentes para as solicitações de atendimento tem sido o esclarecimento de dúvidas operacionais e o cadastramento de perfis de usuário, respondendo por



cerca de 75% dos chamados.

3.3. Média Mensal de atendimentos:

A média mensal de atendimentos caiu de 63,4 em 2015 para 55,25 em 2016, mantendo-se perto deste nível no primeiro semestre de 2017.



SIGLAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AGENERSA	Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
AGERIO	Agência Estadual de Fomento
AGETRANSP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Rio de Janeiro
CASA CIVIL	Secretaria de Estado da Casa Civil
CASERJ	Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CECIERJ	Fundação Centro de Ciências e de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro
CENTRAL	Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro- CEPERJ
CFSEC	Companhia Fluminense de Securitização S/A
CODERTE	Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
CTC	Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DER	Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
DETRO	Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro
DPGE	Defensoria Pública Geral do Estado
DRM	Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EMOP	Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FAF	Fundo Especial de Administração
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FCFB	Fundação Casa França Brasil
FENORTE	Fundação Estadual do Norte-Fluminense
FEPROCON	Fundo Especial de Apoio ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
FES	Fundo Estadual de Saúde
FIA	Fundação para a Infância e Adolescência
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FLXIII	Fundação Leão XIII
FMIS	Fundação Museu da Imagem e do Som - FMIS/RJ

SIGLA	DESCRIÇÃO
FSC (FSCABRINI)	Fundação Santa Cabrini
FSERJ	Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro
FTM	Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro
FUESP SEAP	Fundo Especial Penitenciário
FUNARJ	Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEP	Fundo Especial do Depósito Público - FUNDEP
FUNDEPERJ	Fundo Especial da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro
FUNESBOM	Fundo Especial do Corpo de Bombeiros
FUNESPOL	Fundo Especial da Polícia Civil
FUNESPOM	Fundo Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
FUNPERJ	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IO	Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro
IASERJ	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro
IEEA	Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas
ISP (RIOSEGURANÇA)	Instituto de Segurança Pública RIOSEGURANÇA
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
IVB	Instituto Vital Brasil S/A
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
LOTERJ	Loteria do Estado do Rio de Janeiro
METRO	Companhia do Metroviário do Estado do Rio de Janeiro
MPE	Micro e Pequenas Empresas
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PGE	Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PROCON	Autoridade de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro
PRODERJ	Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro
PSAM SEA	Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Guanabara
RIOPREVIDENCIA	Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro
RIOTRILHOS	Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro
RJPREV	Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEAPEC	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
SEAPPA	GES/ Projeto Rio Rural
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
SECTI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDEC	Secretaria de Estado de Defesa Civil
SEDEIS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
SEDRAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca

SIGLA	DESCRIÇÃO
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEELJE (SEEL)	Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude
SEESQV	Secretaria de Estado de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEH	Secretaria de Estado de Habitação
SEOBRAS	Secretaria de Estado de Obras
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPREDEQ	Secretaria de Estado de Prevenção a Dependência Química
SEPROCON	Secretaria de Estado de Proteção e Defesa do Consumidor
SERVE	Empresa Estadual de Viação SERVE (em liquidação)
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
SETRANS	Secretaria de Estado de Transportes
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SSCS	Subsecretaria da Comunicação Social
SSMCC	Subsecretaria Militar da Casa Civil
SUBLOP SEPLAG	Subsecretaria de Logística e Patrimônio
SUDERJ	Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEZO	Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
VG	Vice-Governadoria



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
FAZENDA E
PLANEJAMENTO

Subsecretaria de Logística e Patrimônio

Av. Erasmo Braga, 118 // Centro - Rio de Janeiro - RJ

www.fazenda.rj.gov.br